

# Galvêas afirma que são necessárias novas medidas

"As medidas contidas no pacote econômico têm efeito corretivo sobre os fatores que originam a inflação, mas seus resultados serão limitados se não houver mecanismos para conter a realimentação inflacionária causada pela indexação da economia", declarou, ontem, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao final da reunião do Conselho Monetário Nacional. Segundo o ministro, a redução de gastos com programas de custeio e investimento na área das estatais, a diminuição dos subsídios ao trigo, petróleo e crédito rural, e o aumento da arrecadação da Receita Federal poderão resultar no declínio da inflação, porque o governo, "mais aliviado", reduzirá o ritmo de emissão de títulos do Tesouro. Essas emissões são hoje unanimemente consideradas o principal responsável pelos saltos inflacionários e aumento das taxas de juros.

No entanto, os ministros da área econômica consideram que, enquanto a economia estiver indexada, os efeitos do pacote deverão ser parciais, pois o corte de subsídios e aumento de tributação serão repassados aos preços. A pretensão inicial de expurgos no Índice Nacional de Preços ao Consumidor, vetada pelas pressões políticas que se fizeram claras nas últimas semanas, minimizaram as medidas adotadas pelo governo para a diminuição do déficit público. Ainda que o ministro do Planejamento garanta que a inflação deverá cair, "mas não tanto quanto queríamos", a certeza de um surto inflacionário nos próximos meses deve estar presente para todos os tecnocratas.

Do contrário, não teria o ministro da Fazenda admitido que espera que a sociedade se conscientize da necessidade da desindexação. O ministro foi mais longe: "A desindexação pode ser a segunda etapa do pacote, mas a decisão é da sociedade, dos sindicatos, dos políticos e empresários". As medidas do pacote, segundo Galvêas, permitirão ao governo conter a expansão da base monetária por três ou quatro meses, mas, a partir daí, se não forem tomadas decisões complementares, sua expressão será anulada.

Essa opinião era compartilhada por todos os membros do Conselho Monetário. Os banqueiros e empresários eram unânimes em afirmar que o pacote estava incompleto. Para Angelo Calmon de Sá, "a curto prazo haverá alívio para o Tesouro, mas, a médio prazo, as taxas de juros subirão em função da inflação, aumentando a dívida pública". A única saída, para ele, seria o expurgo da correção cambial e monetária. "O

risco do expurgo deveria ser enfrentado pelo governo nos próximos dias", disse o presidente da Federação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos.

A contradição entre o pacote editado e a não desindexação da economia era evidente para todos. No entanto, para desindexar a economia, a equipe econômica deveria contar com o apoio do partido do governo no Congresso, para votar favoravelmente a mudança dos índices, em especial o INPC, que serve de base aos reajustes salariais.

Mas a primeira derrota, durante a preparação do pacote, já demonstra que será um consenso muito difícil atingir um consenso.

Mas, de imediato, segundo o ministro Ernane Galvêas, deverão cair as taxas de juros, em função da extinção do limite quantitativo de crédito. Outra razão é a maior aproximação entre os extremos: taxas de patamares muito elevados e taxas subsidiadas muito pequenas. Agora, espera-se que a variação de taxas situe-se ao redor de uma taxa média situada entre esses extremos, o que seria estimulado pela maior concorrência entre os bancos, possibilitada pelo fim do limite quantitativo de crédito.

Para Galvêas, as medidas adotadas diminuem a necessidade de financiamento da dívida. Com isso, o governo deixa de pressionar o mercado como competidor na captação de recursos, o que eleva a taxa de juros. Esses recursos buscados no mercado, segundo Galvêas, são inflacionários. Na medida em que o governo deixa de recorrer a eles, "pode-se contar com a possibilidade de declínio da inflação", disse o ministro da Fazenda.

Não houve também, para Ernane Galvêas, um simples corte de subsídio. Houve uma reorientação em sua aplicação: os subsídios ao crédito rural foram transferidos para incentivos de investimentos. O governo deverá reembolsar em 50% os encargos financeiros de irrigação e açudagem no Nordeste, através de recursos fiscais. Não será esse no entanto, o único benefício para o Nordeste. Nas áreas mais rudemente afetada pelas secas, nos últimos anos, os Ministérios do Interior, do Planejamento, da Agricultura e da Fazenda deverão fazer estudos para manter as mesmas taxas de juros dos contratos iniciais de financiamento. A iniciativa, segundo Galvêas, é do próprio presidente da República, que instruiu seus ministros para que as taxas de juros (35% da variação dos ORTNs mais 3% de juros) permanecessem as mesmas nas áreas onde houve prejuízos com a seca.

Julio Fernandes